



**ESTADO DO MATO GROSSO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

PROVA OBJETIVA

PARA

**OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E
DE REGISTRO DO
ESTADO DO MATO GROSSO**

REMOÇÃO

2014



Concursos

Prezado(a) Candidato(a):

Você está recebendo um caderno com a **Prova Objetiva** e uma **Folha de Respostas**. Leia, com a máxima atenção, as instruções abaixo.

Quanto ao **Caderno de Prova**:

O presente caderno contém 100 questões de múltipla escolha.

Confira cuidadosamente o material que lhe foi entregue e verifique se ele está completo e legível. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro Caderno de Prova.

Cada questão oferece CINCO opções de resposta, representadas pelas letras **A, B, C, D e E**. Somente uma das opções é correta.

Iniciada a prova, não faça mais perguntas. A interpretação das questões é parte integrante da prova.

Quanto à **Folha de Respostas**:

A Folha de Respostas é personalizada e parte integrante desta prova.

Confira seu nome e número de inscrição. Caso haja alguma incorreção, comunique ao fiscal de sala.

Aponha sua assinatura no local indicado.

O preenchimento correto da Folha de Respostas é da inteira responsabilidade do candidato.

Para cada uma das questões, preencha, obrigatoriamente, na folha de respostas, somente **uma** das opções (**A, B, C, D ou E**).

As respostas das questões na Folha de Respostas devem ser totalmente preenchidas, com caneta azul ou preta, suficientemente pressionada e de acordo com o modelo: 

Qualquer assinalação diferente será passível de anulação.

Não serão consideradas as respostas duplas ou em branco.

Não amasse e não dobre a Folha de Respostas.

Ao término da prova, entregue sua Folha de Respostas ao fiscal da sala.

O tempo de duração da prova é de **CINCO** horas, incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões e o preenchimento da Folha de Respostas.

O caderno de questões poderá ser levado após **QUATRO** horas **do início das provas**.

Não será permitida a saída da sala de aula antes de transcorrida **UMA HORA** do início da prova (item 13.7.1 do Edital).

Não é permitido qualquer tipo de consulta, nem uso de máquina de calcular, bip, telefone celular, relógios digitais, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador ou outros equipamentos similares, bem como protetores auriculares, óculos escuros, bonés, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou outros equipamentos eletrônicos.

BOA PROVA!

REGISTROS PÚBLICOS

1 – Acerca dos emolumentos relativos aos serviços notariais e de registro, assinale a afirmativa correta.

- (A) De acordo com a Constituição Federal, a lei estadual estabelecerá as normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, bem como o valor dos respectivos emolumentos.
- (B) O valor fixado para os emolumentos deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados.
- ((C) Os notários e os registradores darão recibo dos emolumentos percebidos, sem prejuízo da indicação facultativa dos respectivos valores à margem do documento entregue ao interessado.
- (D) Para a fixação do valor dos emolumentos, a lei levará em conta a natureza privada e o caráter social dos serviços notariais e de registro e, nos atos com conteúdo financeiro, as peculiaridades socioeconômicas de cada região.
- (E) Os valores dos emolumentos constarão de tabelas e serão expressos em moeda corrente do País; os atos específicos dos vários tipos de serviços notariais e de registro serão remunerados por emolumentos comuns, fixados de modo uniforme.

2 - Nos termos da Lei 6.015/73, é **incorreto** afirmar que o registrador de imóveis poderá retificar o registro ou a averbação:

- (A) de ofício, em caso de omissão ou erro cometido na transposição de qualquer elemento do título.
- (B) a requerimento do interessado, em caso de alteração ou inserção que resulte de mero cálculo matemático feito a partir das medidas perimetrais constantes do registro.
- (C) a requerimento do interessado, em caso de inserção ou modificação dos dados de qualificação pessoal das partes, comprovada por documentos oficiais.
- (D) de ofício, em caso de inserção ou alteração de medida perimetral de que resulte alteração de área.
- (E) de ofício, em caso de alteração de denominação de logradouro público, comprovada por documento oficial.

3 - Acerca da aquisição de imóvel rural por estrangeiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Na aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, o direito real de propriedade será constituído somente após o devido registro do instrumento público no Livro Auxiliar de Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros.
- (B) Na aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira, física ou jurídica, é da essência do ato a escritura pública, que deverá ser levada a registro no Livro 2 - Registro Geral para a constituição do direito de propriedade.
- (C) A aquisição de imóvel rural por estrangeiro não registrada no Livro 3 – Auxiliar, será nula de pleno direito, e o oficial de registro responderá civilmente pelos danos que causar aos contratantes.
- (D) A aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira, física ou jurídica, não poderá exceder a cinquenta módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua, e os Offícios de Registro de Imóveis manterão cadastro especial para a constituição dessas aquisições.
- (E) A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, não poderá ultrapassar a um quarto da superfície dos municípios onde se situem, comprovada pela certidão da matrícula expedida com base no Livro 3 – Auxiliar.

4 - Sobre o parcelamento do solo urbano, assinale a alternativa correta.

- (A) Loteamento é a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes, e, desde a data de seu registro passam a integrar o domínio do município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo.
- (B) Desmembramento é a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, sem a abertura de novas vias de circulação, com o aproveitamento, a modificação ou a ampliação do sistema viário já existente.
- (C) Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 120 dias, sob pena de caducidade da aprovação.
- (D) O registro do loteamento poderá ser cancelado a requerimento do loteador, com anuência da Prefeitura, enquanto nenhum lote houver sido objeto de contrato; após a negociação dos lotes, o cancelamento somente ocorrerá por decisão judicial.
- (E) Nenhum lote poderá situar-se em mais de uma circunscrição imobiliária, razão pela qual é defeso ao interessado processar, ainda que sucessivamente, perante diferentes circunscrições, pedidos de registro do mesmo loteamento, sendo nulos os atos praticados.

5 - Sobre o cancelamento da matrícula, assinale a alternativa **incorreta.**

- (A) A matrícula será cancelada por força de decisão judicial que assim determine.
- (B) A matrícula será cancelada quando, em virtude de alienações parciais, o imóvel for inteiramente transferido a outros proprietários.
- (C) Quando o registro anterior foi efetuado em outra circunscrição, a matrícula será aberta com os elementos constantes do título apresentado e da certidão atualizada daquele registro, cancelando-se a matrícula original.
- (D) Quando dois ou mais imóveis contíguos pertencentes ao mesmo proprietário constarem de matrículas autônomas, poderá ser requerida a fusão dessas em uma só, de novo número, encerrando-se as primitivas.
- (E) Quando dois imóveis, que estiverem registrados, um pelo sistema de transcrição e outro pelo sistema da matrícula, forem unificados, dar-se-á o cancelamento da matrícula original e, à margem da transcrição, será averbada a abertura da matrícula que os unificar.

6 - Acerca dos títulos admitidos ao Registro de Imóveis, assinale a alternativa **incorreta.**

- (A) As escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros, são títulos admitidos.
- (B) São títulos admitidos os atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, e registrados no Ofício do Registro de Títulos e Documentos.
- (C) As cartas de sentença, formais de partilha, certidões e mandados extraídos de autos de processo são títulos admitidos.
- (D) Os escritos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes e testemunhas são títulos admitidos, sendo desnecessário o reconhecimento de firma quando assinados na presença do registrador.
- (E) São títulos admitidos os contratos ou termos administrativos, assinados com a União, Estados, Municípios ou o Distrito Federal, no âmbito de programas de regularização fundiária e de programas habitacionais de interesse social, dispensado o reconhecimento de firma.

7 - Acerca dos atos notariais de reconhecimento de firma e de autenticação de cópias, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ato notarial de reconhecimento de firma por autenticidade exige a identificação da pessoa natural que assinará o documento apresentado.
- (B) O ato notarial de autenticação de cópias exige a identificação da pessoa natural que apresenta o documento a ser fotocopiado e autenticado.
- (C) O ato notarial de autenticação de cópias exige que a cópia do documento apresentado pela pessoa natural tenha sido extraída dentro do Tabelionato de Notas.
- (D) O ato notarial de reconhecimento de firma por semelhança exige a identificação da pessoa natural que apresenta o documento já assinado por terceiro.
- (E) O ato notarial de reconhecimento de firma por autenticidade não exige a identificação da pessoa natural que assinou o documento apresentado, se esta já tiver falecido.

8 - Acerca dos procedimentos para a lavratura de escritura pública relativa a imóveis, é correto afirmar que

- (A) será exigida a apresentação do documento comprobatório do pagamento do Imposto de Transmissão *inter vivos*, porque cabe ao tabelião fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que deve praticar, apenas quando os tributos forem da competência do município para o qual recebeu a delegação.
- (B) será exigida a apresentação do documento comprobatório do pagamento do Imposto de Transmissão *mortis causa*, porque cabe ao tabelião fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que deve praticar, apenas quando os tributos forem da competência do estado para o qual recebeu a delegação.
- (C) será exigida a apresentação das certidões fiscais negativas referentes aos tributos que incidam sobre o imóvel, porque é dever do tabelião fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que deve praticar.
- (D) será exigida certidão de ações reais e pessoais reipersecutórias, relativas ao imóvel, e a de ônus reais, expedidas pelo Registro de Imóveis competente; a existência de penhora, em qualquer caso, inviabiliza a lavratura de escritura.
- (E) será exigida a apresentação das certidões fiscais referentes aos tributos que incidam sobre o imóvel urbano, somente quando a escritura pública implique a transferência de domínio, e dita apresentação poderá ser dispensada pelo adquirente.

9 - A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir. A escritura pública é exigida para

- (A) o inventário extrajudicial e para a instituição de fundação.
- (B) a instituição do bem de família e para a emancipação por concessão dos pais.
- (C) o pacto antenupcial e para a revogação do mandato para celebração do casamento.
- (D) o testamento e para a cessão de direitos hereditários.
- (E) o reconhecimento de filho e para a concessão de direito de superfície.

10 - Sobre procurações e substabelecimentos, assinale a afirmativa correta.

- (A) O substabelecimento lavrado por instrumento público deve ser assinado pelo substabelecido na presença do tabelião.

- (B) Pelo princípio da atração das formas, a procuração por instrumento público deve ser substabelecida por instrumento público, enquanto a procuração por instrumento particular deve ser substabelecida por instrumento particular.
- (C) Todas as pessoas capazes são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante, hipótese em que o terceiro com quem o mandatário tratar poderá exigir que a procuração traga a firma reconhecida.
- (D) A outorga do mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato a ser praticado, daí por que não se admite procuração pública para que seja firmado pelo mandatário um compromisso particular de compra e venda.
- (E) A revogação da procuração pública deverá ser lavrada no mesmo Tabelionato em que foi lavrada a dita procuração, sob pena de não valer contra terceiros.

11 - Considerando as normas legais aplicáveis à escrituração e à ordem de serviço no Registro Civil das Pessoas Naturais, é **incorreto** afirmar que

- (A) o serviço de registro civil das pessoas naturais será prestado, também, nos sábados, domingos e feriados pelo sistema de plantão.
- (B) todos os títulos, apresentados no horário regulamentar e que não forem registrados até a hora do encerramento do serviço, aguardarão o dia seguinte, no qual serão registrados, preferencialmente, aos apresentados nesse dia.
- (C) tendo havido no assento omissão ou erro de modo que seja necessário fazer adição ou emenda, estas serão feitas antes da assinatura ou ainda em seguida, mas antes de outro assento, sendo a ressalva novamente por todos assinada.
- (D) antes da assinatura dos assentos, serão estes lidos às partes e às testemunhas, do que se fará menção.
- (E) a testemunha para os assentos de registro deve satisfazer às condições exigidas pela lei civil, sendo admitido o parente, em qualquer grau, do registrado.

12 - Assinale a alternativa correta acerca do registro do casamento religioso para efeitos civis.

- (A) O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, no Livro B- auxiliar, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração.
- (B) O registro civil do casamento religioso deverá ser promovido no Livro B dentro de trinta dias de sua realização, mediante comunicação do celebrante ao ofício competente, desde que haja sido homologada previamente a habilitação.
- (C) O casamento religioso, celebrado sem as formalidades exigidas na lei, terá efeitos civis se, a requerimento do casal, for registrado no Livro B- auxiliar, a qualquer tempo, ficando dispensada a habilitação perante a autoridade competente.
- (D) O casamento religioso deverá ser registrado no Livro B e terá os mesmos efeitos do casamento civil, desde que a habilitação, nos termos da lei, ocorra noventa dias antes da cerimônia religiosa.
- (E) Será nulo o registro civil do casamento religioso devidamente realizado no Livro B- auxiliar, se, depois dele, qualquer dos consorciados contrair com outrem casamento civil.

13 - Acerca da emancipação no âmbito do Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar que

- (A) a emancipação por concessão dos pais, feita por escritura pública, será registrada, mediante transladação, no Livro E, e a sua respectiva revogação será averbada também no Livro E.
- (B) a emancipação por concessão dos pais, feita por instrumento particular, será registrada, mediante declaração, no Livro E, hipótese em que deverá o registrador civil exigir o reconhecimento de firma das partes declarantes.
- (C) a emancipação por sentença judicial será registrada, mediante transladação, no Livro E, dispensando-se, no assento, a presença de testemunhas, sendo que antes do registro não produzirá efeito.
- (D) a emancipação por sentença judicial será registrada, mediante transladação, no Livro D, e deverá ser anotada no Livro A, no assento de nascimento.
- (E) a emancipação por concessão dos pais independe de homologação judicial, e seu registro no Livro D será feito por transladação do instrumento público.

14 - Assinale a alternativa correta.

- (A) O enteado ou a enteada, havendo motivo ponderável, poderão requerer ao oficial competente que, no registro de nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, substituindo-se os apelidos de família.
- (B) O prenome será definitivo, admitindo-se, apenas sua substituição por apelidos públicos notórios, sendo descabida qualquer retificação posterior.
- (C) Sendo o prenome direito de personalidade, poderá o interessado capaz, a qualquer tempo, alterá-lo, desde que não prejudique os apelidos de família, mediante requerimento ao registrador civil.
- (D) Os oficiais do registro civil deverão aconselhar os pais a não escolherem prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, sendo, contudo, descabida a recusa do registro do prenome solicitado, quando não houver prejuízo aos apelidos de família.

(E) É hipótese admitida a substituição do prenome em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público.

15 - Acerca da escrituração no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias serão matriculados no Livro B.
- (B) As oficinas impressoras serão matriculadas no Livro C.
- (C) Os atos constitutivos das fundações e das sociedades empresárias serão registrados no Livro A.
- (D) Os atos constitutivos das associações e dos partidos políticos serão registrados no Livro B.
- (E) O protocolo dos títulos apresentados será feito no Livro C.

16 - Caberá ao Registro de Títulos e Documentos, **exceto**:

- (A) o registro dos instrumentos particulares para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor.
- (B) o registro para a constituição de penhor rural.
- (C) o registro do contrato de parceria agrícola ou pecuária.
- (D) o registro facultativo de quaisquer documentos para sua conservação.
- (E) a realização de quaisquer registros não atribuídos expressamente a outro ofício.

17 - Sobre o cancelamento do registro do protesto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deverá ser solicitado diretamente no Tabelionato de Protestos, apenas pelo devedor, mediante apresentação do documento protestado, bem como da comprovação do respectivo pagamento.
- (B) A impossibilidade de apresentação do original do título ou documento de dívida protestado inviabiliza o cancelamento do registro do protesto.
- (C) Poderá ocorrer mediante a declaração de anuência, com identificação e firma reconhecida, daquele que figurou no registro de protesto como devedor ou seu avalista.
- (D) Deverá ser feito apenas pelo tabelião ou por seu substituto.
- (E) Poderá ser solicitado com a apresentação da certidão expedida pelo Juízo processante, com menção do trânsito em julgado, quando a extinção da obrigação decorrer de processo judicial.

18 - Sobre as certidões e as informações de protesto, com base na Lei 9.492/97, assinale a afirmativa correta.

- (A) As certidões, as informações e as relações serão elaboradas pelo nome dos devedores e abrangerão os protestos lavrados e registrados por falta de pagamento, de aceite ou de devolução, vedada a exclusão de protestos cancelados por ordem judicial.
- (B) Poderão ser fornecidas certidões de protestos não cancelados a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito.
- (C) Sempre que a homonímia puder ser verificada simplesmente pelo confronto do número de documento de identificação, o Tabelião de Protesto dará certidão positiva.
- (D) Das certidões não constarão os registros cujos cancelamentos tiverem sido averbados, salvo por requerimento escrito do credor ou por ordem judicial.
- (E) O Tabelião de Protesto expedirá as certidões solicitadas dentro de cinco dias úteis, no mínimo, que abrangerão o período máximo dos cinco anos anteriores, contados da data do pedido, vedada certidão de protesto específico.

CONSTITUCIONAL

19 – Com base na estrutura federativa brasileira, é correto afirmar que se trata de hipótese de intervenção espontânea aquela feita para

- (A) garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas Unidades da Federação.
- (B) pôr termo a grave comprometimento de ordem pública.
- (C) prover a execução de lei federal.
- (D) assegurar a observância dos direitos da pessoa humana.
- (E) assegurar a autonomia municipal.

20 – Em relação aos objetivos da assistência social, assinale a afirmativa correta.

- (A) A promoção da integração ao mercado de trabalho e a descentralização das atividades assistenciais;
- (B) O amparo às crianças e adolescentes carentes e a promoção da integração ao mercado de trabalho.
- (C) A proteção à família e a participação da comunidade nas decisões relativas à assistência social.
- (D) A proteção à velhice e o atendimento integral de suas necessidades.
- (E) A proteção à maternidade e a preservação dos direitos da paternidade.

21 – A imunidade material

- (A) é limitada, no caso dos vereadores.
- (B) é limitada, no caso dos deputados federais.

REMOÇÃO

(C) é limitada, no caso dos deputados estaduais.

(D) é limitada, no caso dos senadores.

(E) é limitada, no caso dos deputados distritais.

22 - Na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade por Omissão, assinale a afirmativa correta.

(A) Após a concessão de cautelar, abre-se o prazo de dez dias para os responsáveis pela omissão se manifestarem.

(B) Declarada a inconstitucionalidade, será dada a ciência ao Poder competente para adoção das medidas necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

(C) É obrigatória a apresentação de defesa pelo Advogado-Geral da União.

(D) O Procurador-Geral da República deve se manifestar em prazo de cinco dias a partir de decisão do relator que o admite no processo.

(E) A concessão de cautelar necessita de voto da maioria relativa dos ministros do STF.

23 - Assinale a alternativa correta.

(A) Nação é um conceito ligado a um agrupamento humano cujos membros, fixados num território, são ligados por laços culturais, históricos, econômicos e linguísticos.

(B) Cidadão é a pessoa que se vincula a outra por meio de determinada nacionalidade.

(C) A nacionalidade primária se adquire por meio de vontade própria.

(D) A população está unida ao Estado pelo vínculo jurídico da nacionalidade.

(E) O povo é o conjunto de pessoas que se une mediante laços culturais.

24 - Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

(A) processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

(B) autorizar a instauração de processo contra o Presidente da República.

(C) fixar limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados e dos Municípios.

(D) suspender a execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

(E) a homologação de sentenças estrangeiras.

25 - A respeito do Estado de Defesa, assinale a afirmativa correta.

(A) É vedada a restrição ao direito de reunião.

(B) A incomunicabilidade do preso poderá ser decretada por período não superior a dez dias.

(C) Decretado o estado de defesa pelo Presidente da República, o Congresso Nacional decidirá a respeito do ato e de sua justificação por meio de votação de maioria simples.

(D) Poderá ser decretada como medida coercitiva a restrição ao direito de sigilo de correspondência.

(E) Rejeitado o decreto pelo Congresso Nacional, este será submetido ao pleno do Supremo Tribunal Federal.

26 - Sobre a Defensoria Pública, assinale a afirmativa correta.

(A) Sua atuação é exclusiva e restrita ao âmbito judicial, sendo vedada a atuação administrativa e a orientação extra-judicial por parte de seus advogados.

(B) As Defensorias Públicas dos Estados são partes integrantes da Defensoria Pública da União sendo a esta subordinada.

(C) A Constituição Federal de 1988 define a Defensoria Pública como instituição integrante do poder judiciário, sendo, dessa forma, assegurada sua autonomia em relação ao poder executivo.

(D) A Constituição Federal de 1988 define a Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional do Estado.

(E) O Chefe da Defensoria Pública da União, chamado de Advogado-Geral da União, é nomeado pelo Presidente da República, livremente, dentre os integrantes da categoria maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

27 - São direitos sociais dos trabalhadores rurais e urbanos:

(A) a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

(B) a proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção culposa.

(C) a jornada de trabalho de quarenta horas semanais.

(D) jornada de trabalho de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

(E) remuneração do serviço extraordinário, no mínimo, com valor proporcional ao normal.

28 - São proibido(a)s, segundo o art.5º, da Constituição Federal:

(A) a greve em período superior a 180 dias e a interrupção de serviços essenciais.

(B) o racismo e o terrorismo.

(C) a manifestação sem aviso prévio e o anonimato.

(D) o abandono da família e as penas cruéis.

(E) a prática de racismo e ação de grupos armados.

29 - Assinale a alternativa correta.

- (A) Os deputados e senadores são inimputáveis penalmente.
- (B) Em caso de impedimento do Presidente da República, será chamado ao exercício o Presidente da Câmara dos Deputados.
- (C) Caso o Presidente da República e o Vice-Presidente, sem licença do Congresso Nacional, ausentem-se do país por período superior a quinze dias, estes perderão os cargos respectivos.
- (D) O Presidente da República somente ficará suspenso de suas funções em caso de crime de responsabilidade.
- (E) Compete comumente ao Presidente da República e ao Congresso Nacional a convocação do Conselho da República.

30 - Sobre o Conselho da República, assinale a afirmativa correta.

- (A) Trata-se de órgão consultivo do Presidente da República para assuntos orçamentários.
- (B) Foi substituído, na Constituição Federal de 1988, sendo agora denominado Conselho de Defesa Nacional.
- (C) Compete a ele pronunciar-se sobre a possibilidade de intervenção federal ou decretação de estado de defesa.
- (D) Tem papel deliberativo a respeito da decretação de estado de sítio, sendo suas decisões tomadas por maioria simples.
- (E) Tem papel deliberativo a respeito da decretação de estado de defesa, sendo suas decisões tomadas por maioria absoluta.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31 – A Súmula Vinculante Nº 13 do Supremo Tribunal Federal veda o nepotismo nos Três Poderes, no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios. O conteúdo de tal súmula está diretamente relacionado a quais princípios que regem a Administração Pública e que estão positivados no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal?

- (A) Proporcionalidade e impessoalidade.
- (B) Razoabilidade e moralidade.
- (C) Motivação e publicidade.
- (D) Supremacia do interesse público e eficiência.
- (E) Impessoalidade e moralidade.

32 - Com relação à organização administrativa do Estado brasileiro, no final dos anos de 1990, foram instituídas as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público. Acerca dessas entidades, é correto afirmar que

- (A) ambas integram a estrutura da Administração Pública Indireta.
- (B) ambas são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares para desempenhar as atividades especificadas em lei.
- (C) qualquer uma delas pode firmar contrato de gestão com o Poder Público para desenvolver atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, dentre outras áreas, conforme especificado em lei.
- (D) a qualificação de uma entidade como organização social ou como organização da sociedade civil de interesse público é ato vinculado do Ministro da Justiça.
- (E) estão obrigadas a promover concurso público para a contratação de pessoal.

33 - No âmbito da Administração Pública Federal, a Lei Nº 9.784, de 29/1/1999, disciplina o processo administrativo. Com relação a tal disciplina legal, é correto afirmar que

- (A) as pessoas jurídicas não estão legitimadas como interessadas no processo administrativo.
- (B) a competência é irrenunciável, não se admitindo a delegação ou avocação para a prática dos atos administrativos.
- (C) nas matérias nas quais a última palavra é do Poder Judiciário, a Administração Pública não tem o dever de decidir.
- (D) os atos administrativos deverão ser motivados quando imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções.
- (E) em face do conteúdo jurídico do princípio da legalidade, não é possível a convalidação dos atos administrativos que apresentarem qualquer espécie de defeito.

34 - Acerca do regime jurídico dos atos administrativos, considere as seguintes assertivas:

- I – A teoria dos motivos determinantes é definida como aquela pela qual a validade de um ato administrativo motivado depende da existência ou veracidade dos motivos de fato alegados.
- II – O plano da eficácia do ato administrativo está associado a sua conformidade ao ordenamento jurídico.
- III – Quanto à formação da vontade, os atos administrativos complexos possuem duas vontades homogêneas que se fundem em um único ato.
- IV – A imperatividade está relacionada à estrutura do ato administrativo e diz respeito à imposição independentemente da vontade do destinatário.

Estão corretas, apenas as assertivas:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

35 - Acerca da disciplina legal instituída pela Lei Nº 10.520, de 17/7/2002, para a licitação na modalidade de pregão, é correto afirmar que

- (A) sua concepção está relacionada ao modelo de administração pública burocrática.
- (B) a autoridade competente, na fase preparatória, designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, a Comissão de Licitação.
- (C) somente poderão apresentar oferta os licitantes habilitados.
- (D) para o julgamento e a classificação das propostas, será adotado o critério de melhor técnica e menor preço.
- (E) o prazo de validade das propostas será de sessenta dias, se outro não estiver fixado no edital.

36 - Com relação ao regime jurídico instituído pela Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e alterações para os contratos administrativos é correto afirmar que:

- (A) é vedada a aplicação da teoria geral dos contratos e as disposições de direito civil.
- (B) em face das cláusulas exorbitantes, o contratado pode alterar unilateralmente o objeto do contrato.
- (C) no caso de obras é possível o acréscimo de 50% do valor inicial atualizado do contrato.
- (D) a instituição de novo tributo, quando ocorrido após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados implicará a revisão deste.
- (E) o contratado e o órgão público contratante são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

37 - A Lei Nº 11.107 de 6/4/2005 e alterações dispõem sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Acerca do regime jurídico instituído por essa lei, é correto afirmar que:

- (A) os consórcios públicos somente podem ser instituídos no âmbito da União.
- (B) os consórcios públicos somente poderão adquirir personalidade jurídica de direito público.
- (C) os consórcios públicos somente poderão adquirir personalidade jurídica de direito privado.
- (D) no caso de se revestir de personalidade jurídica de direito privado, não será obrigado a obedecer às normas de direito público no que concerne à licitação.
- (E) os consórcios públicos com personalidade jurídica de direito público integrarão a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

38 - Acerca do regime jurídico do pessoal civil do Estado do Mato Grosso, nos termos da Lei Complementar Nº 13, de 16/1/1992, disciplinado pelo Decreto Nº 1.169 de 22/1/1992, considere as assertivas que seguem:

- I - O regime jurídico de servidores das autarquias poderá ser o de direito público administrativo ou de direito privado.
- II - A criação de cargos na Administração Direta poderá ocorrer mediante decreto.
- III - Dependerá de lei a fixação ou majoração de vencimentos e vantagens pecuniárias na Administração Direta.
- IV - Os cargos comissionados são de livre escolha do governador.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

39 - Acerca do regime jurídico dos bens públicos e das formas de intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a alternativa correta.

- (A) O domínio eminente é aquele exercido pelo Estado sobre todas as coisas de seu território; domínio público significa o domínio patrimonial dos bens pelo Estado.
- (B) A classificação dos bens públicos adotada pelo Código Civil leva em consideração o critério da titularidade.
- (C) Os bens públicos dominiais podem ser adquiridos por usucapião.
- (D) A ocupação temporária de imóvel particular assegura indenização prévia.
- (E) A servidão administrativa somente pode ser instituída por lei.

40 - Acerca do regime jurídico do instituto da desapropriação, em face do que estabelecem a Constituição Federal e o Decreto 3365 de 21/6/1941, assinale a opção correta.

- (A) A desapropriação de imóvel urbano não utilizado somente poderá ocorrer mediante prévia e justa indenização. (artigo 182, § 4º, II, CF)
- (B) Na desapropriação para fins de reforma agrária as benfeitorias úteis e necessárias poderão ser indenizadas em títulos da dívida agrária.
- (C) Na ação de desapropriação a contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço.
- (D) A imissão provisória na posse somente poderá ocorrer após a apresentação do laudo pericial do perito designado pelo juiz.
- (E) Declarada a utilidade pública, somente por ordem judicial as autoridades administrativas ficam autorizadas a penetrar nos prédios compreendidos na declaração.

41 - Considerando o regime jurídico aplicado ao controle a que os órgãos e entes da Administração Pública estão submetidos, assinale a opção correta.

- (A) As decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- (B) As sanções por improbidade administrativa previstas na Lei Nº 8.429, de 2/6/1992, têm natureza penal.
- (C) Para efeitos de improbidade administrativa, aquele que exerce função pública, por designação, sem remuneração não é considerado agente público.
- (D) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa independente do valor da herança.
- (E) O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar do Poder Legislativo e vinculado a ele no exercício do controle externo.

42 - A Lei Complementar Nº 101 de 4/5/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Acerca de seu regime jurídico considere as seguintes assertivas:

- I – A lei de diretrizes orçamentárias a que se refere o artigo 165, § 2º, da Constituição Federal disporá também sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
- II – Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- III – A criação de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- IV – É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

DIREITO CIVIL

43 – Em relação às pessoas naturais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A única hipótese de emancipação judicial, que depende de sentença do juiz, é a do menor sob tutela que já completou dezesseis anos de idade.
- (B) O cônjuge, ainda que separado judicialmente, está legitimado para requerer a abertura da sucessão provisória do ausente.
- (C) A interdição do pródigo interfere em atos de disposição e oneração do seu patrimônio, gerando, também, limitações concernentes à sua pessoa, como, por exemplo, a proibição de fixar domicílio do casal.
- (D) Em razão de o dano moral consistir na lesão a um interesse que visa à satisfação de um bem jurídico extrapatrimonial contido no direito da personalidade, como a vida, decoro, honra, imagem etc., a pretensão à sua reparação é imprescritível.
- (E) Para que a mudança de domicílio da pessoa natural venha a se caracterizar, basta a troca de endereço.

44 - No que diz com as pessoas jurídicas, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ato de dotação ou instituição de uma fundação, que compreende a reserva ou a destinação de bens livres, com a indicação dos fins a que se destinam e a maneira de administrá-los, somente pode ser feito por ato *inter vivos*, mediante escritura pública.
- (B) Se a pessoa designada pelo instituidor não elaborar o estatuto no prazo de 180 dias, o Ministério Público deverá ajuizar ação civil pública objetivando destinar os bens instituídos a outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

- (C) A regularização da sociedade de fato, com o registro de seu ato constitutivo, produz efeitos pretéritos, retroagindo estes ao período anterior, em que permaneceu como sociedade irregular.
- (D) Compete privativamente à assembleia geral nas associações, independentemente do que dispuser o estatuto, como expressão máxima do espírito democrático que deve animar as pessoas jurídicas de tal natureza, eleger os administradores pelo voto direto e secreto.
- (E) Os fins e os objetivos da fundação, depois de instituída, não podem ser modificados nem mesmo pela vontade unânime de seus dirigentes.

45 - Quanto aos bens, assinale a afirmativa correta.

- (A) As apólices da dívida pública são bens móveis, mas passaram a ser tratadas como imóveis por disposição do atual Código Civil, desde que oneradas com a cláusula de inalienabilidade, que pode ocorrer por doação ou testamento.
- (B) A classificação dos bens em públicos e privados assentou-se no critério subjetivo da titularidade, sendo que os bens públicos são divididos em: uso comum do povo e dominiais. Exemplo clássico dos bens de uso comum do povo são as ruas e praças; dos bens dominiais são os prédios utilizados ao funcionamento de uma determinada pessoa jurídica de direito público interno.
- (C) A diferença nuclear entre frutos naturais e industriais é a presença ou ausência da periodicidade de reprodução. Enquanto os frutos naturais nascem e renascem da coisa sem desfaltar a sua substância, os frutos industriais dela se retiram ao mesmo passo que diminuem de quantidade.
- (D) Existe correlação absoluta entre as coisas fungíveis e consumíveis.
- (E) A universalidade de fato é a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária, e os bens que formam tal *universitas facti* podem ser objeto de relações jurídicas próprias.

46 - Negócio jurídico. Defeitos. Quando alguém faz doação patrimonial a outrem, supondo que este, em tempos idos, lhe havia doado uma medula óssea, o que não ocorreu, protagoniza:

- (A) erro substancial que interessa à natureza do ato (*error in ipso negotia*).
- (B) erro sobre o objeto principal da declaração (*error in ipso corpore rei*).
- (C) erro sobre alguma das qualidades essenciais do objeto principal da declaração (*error in substantia*).
- (D) erro quanto à pessoa.
- (E) erro acidental.

47 - No que diz com a responsabilidade civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) No contrato de transporte, em homenagem ao princípio da autonomia da vontade e tendo como supedâneo entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, é lícita a chamada cláusula de não indenizar.
- (B) A absolvição na esfera penal, por não constituir crime o fato imputado ao réu, exclui a responsabilidade civil, fazendo coisa julgada na esfera cível.
- (C) O fato de terceiro exime o causador direto do dano, se este obrou com culpa leve, do dever de reparar os prejuízos causados à vítima.
- (D) No transporte desinteressado, de simples cortesia, de acordo com entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, o transportador só será civilmente responsável por danos causados ao transportado quando incorrer em dolo ou culpa grave.
- (E) A obrigação assumida pelo médico em relação à terapia e ao tratamento do enfermo, tendo como lastro a culpa aquiliana, é, como regra geral, de resultado.

48 - Quanto à posse, assinale a afirmativa correta.

- (A) As benfeitorias compensam-se com os danos, e só obrigam ao ressarcimento se, ao tempo da evicção, ainda existirem.
- (B) A posse de boa-fé é necessariamente justa.
- (C) Atos de mera permissão e tolerância caracterizam posse direta.
- (D) Somente a posse de má-fé se transmite aos herdeiros e legatários do possuidor com os mesmos caracteres.
- (E) O possuidor com justo título tem em seu favor a presunção absoluta de boa-fé.

49 - Quanto à propriedade, assinale a afirmativa correta.

- (A) A chamada aquisição da propriedade por interesse social (artigo 1.228, §§ 4º e 5º, do Código Civil) dispensa pagamento do preço e registro do título, aperfeiçoando-se, tal como o usucapião, no último dia do prazo previsto no seu suporte fático.
- (B) Embora resolvida a propriedade pelo implemento da condição ou pelo advento do termo, os direitos reais concedidos na sua pendência permanecem hígidos.
- (C) No condomínio voluntário, a maioria simples dos condôminos pode alterar a destinação da coisa comum e dar posse, uso e gozo dela a terceiros.
- (D) O proprietário do solo tem o direito de explorar os recursos minerais de emprego imediato na construção civil, ainda que submetidos à transformação industrial.
- (E) Quando se resolve a propriedade por fato alheio ao título, a revogação tem efeito *ex nunc*.

50 - Quanto ao usucapião, assinale a afirmativa correta.

- (A) O usucapião rural (artigo 1.239, *caput*, do Código Civil) é personalíssimo, pois exige que o possuidor, por seu exclusivo trabalho, torne a gleba produtiva.
- (B) Para fins de *accessio possessionis* a título singular, a escritura pública não é da substância do ato.
- (C) O usucapião familiar (artigo 1.240-A do Código Civil) pode ser manejado por qualquer um dos cônjuges, desde que tenha posse exclusiva, e a área não seja superior a 500,00m² (quinhentos metros quadrados).
- (D) O usucapião ordinário geral (artigo 1.242, *caput*, do Código Civil), por exigir justo título, dispensa o requisito da pacificidade.
- (E) A redução do prazo para o usucapião extraordinário privilegiado no tempo (artigo 1.238, parágrafo único, do Código Civil) opera-se quando o imóvel houver sido adquirido onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelado posteriormente.

51 - No que diz com o Direito das Sucessões, assinale a afirmativa correta.

- (A) O testamento cerrado pode ser escrito pelo testador, ou por outra pessoa, a seu rogo, devendo ser assinado pelo testador ou, se este não souber ou não puder fazê-lo, pela pessoa que lho escreveu.
- (B) A entrega do testamento cerrado ao tabelião constitui ato personalíssimo do testador, não se admitindo, por isso, a utilização de portador, mandatário ou representante para tal desiderato.
- (C) O testamento particular deve ser escrito de próprio punho pelo testador e em língua nacional, sob pena de nulidade.
- (D) O poder de o testador revogar o testamento, no todo ou em parte, no que diz com as disposições patrimoniais, é revogável.
- (E) Os incapazes podem testar por testamento público.

52 - No que diz com a prescrição e decadência, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- (B) A interrupção da prescrição produzida contra o devedor principal não prejudica o fiador, pois existe, em casos tais, o benefício de ordem.
- (C) Se o direito em discussão é indivisível, a interrupção da prescrição por um dos credores a todos aproveita.
- (D) A decadência fixada em lei, tal como a prescrição, em homenagem ao princípio da autonomia da vontade das partes, é renunciável.
- (E) A decadência legal e a convencional devem ser conhecidas de ofício pelo juiz.

53 - No que diz com o Direito de Empresas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Na sociedade em comum, espécie de sociedade não personificada, todos os sócios respondem solidária e limitadamente pelas obrigações sociais.
- (B) Na sociedade simples, o cedente responde solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
- (C) Na sociedade em comandita simples, salvo disposição em contrário no contrato social, o sócio comanditário, necessariamente pessoa física, é o responsável pela gestão e tem o nome na firma social, sendo obrigado solidária e limitadamente, no valor da sua quota, pelas obrigações sociais.
- (D) Na sociedade limitada, quando contrato social for omissivo no ponto, o sócio pode ceder a sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio ou terceiro, se não houver oposição de titulares de mais da metade do capital social.
- (E) Na sociedade em comandita por ações, a assembleia geral pode, mesmo não tendo o consentimento dos diretores, mudar o objeto essencial da sociedade, aumentar o capital social e criar debêntures.

54 - Em relação ao parcelamento do solo urbano, assinale a afirmativa correta.

- (A) O registro do loteamento, em nenhuma hipótese, pode ser revogável.
- (B) O contrato particular de promessa de compra e venda pode ser transferido para terceiro por trespasse, mas, para tanto, é requisito de validade a anuência do loteador.
- (C) É nula de pleno direito a cláusula de rescisão do contrato por inadimplemento do adquirente, quando o loteador não estiver regularmente inscrito.
- (D) Desde a data da expedição das diretrizes do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas aos edifícios públicos e outros equipamentos urbanos constantes do projeto e do memorial descritivo.
- (E) O título de propriedade será dispensado quando se tratar de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, ainda que seja empreendimento de responsabilidade da iniciativa privada.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

55 – Sobre o direito probatório no processo civil, é correto afirmar que

REMOÇÃO

- (A) não vige, no direito brasileiro, a regra da atipicidade dos meios de prova.
- (B) não vige, no processo civil, a regra da comunhão da prova.
- (C) vige, entre nós, a teoria da distribuição fixa do ônus da prova, que pode, contudo, ser invertida e dinamizada, conforme o caso.
- (D) vige, entre nós, a teoria das normas que distribui o ônus da prova de acordo com a capacidade de provar de cada uma das partes.
- (E) Nenhuma das alternativas está correta.

56 - Para efeitos de concessão de liminar no processo civil, a expressão *periculum in mora* significa sempre:

- (A) perigo na demora na prestação da tutela jurisdicional.
- (B) perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.
- (C) receio da prática de ato ilícito.
- (D) perigo de infrutuosidade na prestação da tutela jurisdicional.
- (E) Nenhuma das alternativas está correta.

57 - O direito de defesa, no processo civil,

- (A) tem de ser necessariamente assimétrico ao direito de ação.
- (B) é a resposta ao direito de ação e goza do mesmo *status* na ordem jurídica brasileira.
- (C) determina, em todo e qualquer caso, direito à cognição plena e exauriente na estruturação do procedimento.
- (D) determina, em todo e qualquer caso, direito à cognição parcial e exauriente na estruturação do procedimento.
- (E) Nenhuma das alternativas está correta.

58 - O direito ao processo no Estado Constitucional:

- (A) é o direito ao procedimento encartado em lei.
- (B) é o direito a um procedimento tendencialmente estável, que pode ser alterado sem qualquer prévio aviso pelo juiz.
- (C) é o direito ao processo justo, constituindo ao mesmo tempo um princípio e uma cláusula geral.
- (D) é o direito ao processo justo, constituindo uma regra e um conceito jurídico indeterminado.
- (E) Nenhuma das alternativas está correta.

59 - Sobre a teoria do procedimento no processo civil é correto afirmar que

- (A) inexistem procedimentos de cognição sumária no processo civil brasileiro.
- (B) inexistem procedimentos de cognição *secundum eventum litis*.
- (C) todos os procedimentos podem ser considerados, do ponto de vista formal, sumários.
- (D) a regra é a estruturação de procedimentos com cognição plena e exauriente.
- (E) Nenhuma das alternativas é correta.

60 - Sobre os poderes do juiz, é correto afirmar que

- (A) o processo civil brasileiro consagra um modelo de juiz inquisidor do ponto de vista processual e material.
- (B) o processo civil brasileiro consagra, sem exceção, o princípio dispositivo em sentido formal.
- (C) o juiz pode prestar tutela específica ao direito, podendo, para tanto, empregar técnicas processuais típicas e atípicas para sua consecução, conforme o caso.
- (D) o juiz não tem o poder de inverter o ônus da prova no processo civil brasileiro.
- (E) Nenhuma das alternativas é correta.

61 - Sobre a publicidade no processo civil brasileiro é correto afirmar que

- (A) está prevista, como regra, de forma geral e imediata.
- (B) está apenas prevista para os casos em que há segredo de justiça.
- (C) está prevista apenas no Código de Processo Civil.
- (D) sua consagração denota um regime processual antidemocrático.
- (E) Nenhuma das alternativas é correta.

62 - Sobre o direito recursal é correto afirmar que

- (A) o duplo grau de jurisdição é uma regra absoluta no processo civil brasileiro.
- (B) a desistência constitui requisito extrínseco de admissibilidade recursal.
- (C) o efeito devolutivo é regido pelo princípio inquisitório.
- (D) não vige a regra da taxatividade recursal.
- (E) Nenhuma das alternativas é correta.

DIREITO COMERCIAL

63 – Não sofrem restrições para serem empresários:

- (A) o falido.
- (B) os leiloeiros públicos.
- (C) os funcionários públicos.
- (D) os produtores rurais.
- (E) as sociedades cooperativas.

64 - Não constitui obrigação do empresário:

- (A) inscrever-se perante a Junta Comercial.
- (B) constituir sociedade.
- (C) elaborar balanços periódicos.
- (D) manter a escrituração de livros.
- (E) comunicar periodicamente, caso não faça arquivamentos na Junta, a sua condição de empresário ativo.

65 - Quanto à denominação social é correto dizer-se que:

- (A) deverá obrigatoriamente ser adotada pelas sociedades de responsabilidade limitada.
- (B) deve conter o nome dos sócios ou, ao menos de um, seguido da expressão “& cia”.
- (C) deve conter o objeto social desenvolvido pela sociedade.
- (D) não pode ser adotada pelas sociedades de responsabilidade limitada por serem sociedades de pessoas.
- (E) não pode ser adotada pela empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI.

66 – É competência do Departamento Nacional de Registro de Comércio (DNRC):

- (A) organizar o Cadastro Nacional de Empresas Mercantis.
- (B) fixar os assentos dos usos e costumes mercantis.
- (C) efetuar a matrícula dos auxiliares do comércio.
- (D) autenticar os livros contábeis dos comerciantes.
- (E) proceder a inscrição dos empresários individuais e das sociedades.

67 - As sociedades limitadas:

- (A) devem ter no mínimo dois diretores.
- (B) devem sempre ter Conselho de Administração.
- (C) não comportam a formação de Conselho Fiscal.
- (D) necessitam da unanimidade dos votos para alterar o contrato social.
- (E) permitem a exclusão de sócio minoritário sem processo judicial.

68 – Em se tratando de sociedades anônimas:

- (A) as ações preferenciais não podem exceder a 75% do capital social.
- (B) as ações ordinárias podem ter uma classe especial sem direito a voto.
- (C) as ações ordinárias podem ter uma classe especial conversível em ações preferenciais.
- (D) as ações preferenciais diferenciam-se das ordinárias porque aquelas não podem ter direito a voto.
- (E) as ações preferenciais diferenciam-se das ordinárias porque estas podem não ter direito a voto.

69 – A falência pode ser requerida:

- (A) por impontualidade do devedor desde que o credor tenha título executivo protestado e acima de 40 salários mínimos.
- (B) por ausência de pagamento, depósito ou garantia da execução fundada em título executivo superior a 40 salários mínimos.
- (C) por fato considerado pela lei de falências como ato de falência desde que antes tenha havido a execução da dívida que se quer cobrar.
- (D) por impontualidade do devedor desde que o credor tenha título executivo protestado, independentemente do valor da dívida.
- (E) por fato considerado pela lei de falências como ato de falência desde que o credor seja empresário.

70 - A Recuperação Judicial:

- (A) abrange todas as dívidas do empresário.
- (B) por ser destinada a preservar a empresa, pode ser requerida por quem não é empresário comerciante.
- (C) não atinge os créditos trabalhistas.
- (D) não atinge os créditos tributários.
- (E) não atinge os créditos inferiores a 40 salários mínimos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

71 – Qual o significado de isenção?

- (A) É a situação em que um tributo é devido por ter ocorrido o fato gerador.
- (B) É a situação que o tributo não é devido por não ter ocorrido fato gerador.
- (C) É quando a lei prevê alíquota zero.
- (D) O mesmo que imunidade.
- (E) É um favor fiscal concedido pela lei que dispensa o pagamento de um tributo devido.

72 - O tabelião deverá dispensar o recolhimento de tributo vinculado ao ato e obrigatório por lei quando:

- (A) o contribuinte explica que não deseja pagar o tributo e que, se a fiscalização vier a cobrar, vai discutir a sua exigibilidade.
- (B) se o contribuinte apresenta medida liminar concedida em mandado de segurança dispensando especificamente o recolhimento do tributo vinculado ao ato.
- (C) se o contribuinte apresenta declaração com firma reconhecida de que assume integralmente a responsabilidade pelo pagamento do tributo no futuro, se a fiscalização vier a cobrar.
- (D) se o contribuinte apresenta declaração com firma reconhecida de que vai parcelar o tributo.
- (E) Nenhuma das respostas está correta.

73 - Segundo o princípio da irretroatividade das leis, assinale a afirmativa correta.

- (A) Um tributo pode ser cobrado para atingir fatos geradores ocorridos até o último dia do exercício anterior ao da publicação da lei.
- (B) É vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do último dia do exercício seguinte ao da publicação da lei.
- (C) É vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- (D) É vedado instituir ou cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (E) É vedado instituir ou aumentar tributos noventa dias antes da vigência da lei.

74 - O Imposto Sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCD), é tributo de competência:

- (A) da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, podendo cada um instituí-lo de acordo com a competência concorrente.
- (B) da União.
- (C) dos Estados e do Distrito Federal.
- (D) dos Municípios.
- (E) Nenhuma das respostas anteriores.

75 – Em relação ao Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCD), observe as seguintes afirmativas.

I - Terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

II - A União terá competência para sua instituição, se o credor tiver domicílio ou residência no exterior.

III- Compete ao Estado onde o bem imóvel estiver situado, mesmo que o inventário seja processado em outro Estado.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III..

76 - A partilha de um único imóvel de um casal, pelo regime da comunhão universal de bens, quanto ao ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis:

- (A) sofre incidência do ITBI sobre o valor de 100% da avaliação do imóvel partilhado.
- (B) sofre incidência do ITBI sobre 50% da avaliação do imóvel.
- (C) não sofre incidência, pois cada cônjuge já era proprietário de sua metade, não havendo nenhuma transferência de patrimônio.
- (D) sofre incidência do ITBI sobre 25% do valor da avaliação do imóvel.
- (E) Nenhuma das respostas anteriores.

- 77** - A doação de dinheiro, quanto ao imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCD,
- (A) não está sujeito à tributação, porque não se trata de bem imóvel.
 - (B) se o doador, ao auferir renda, já ofereceu à tributação o Imposto de Renda sobre o valor que doou, não há tributação do ITCD.
 - (C) se doador e donatário têm domicílio no mesmo município, não há incidência do ITCD.
 - (D) está sujeito à tributação do ITCD, porque o tributo incide sobre bens imóveis e móveis.
 - (E) Nenhuma das respostas anteriores.

78 - Para fins de se obter a base de cálculo do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis*, ITCD, em caso de inventário judicial, utiliza-se:

- (A) o custo de aquisição, quando da compra do bem pelo *de cujus*.
- (B) o custo de aquisição, quando da compra do bem pelo *de cujus*, corrigido até o mês do recolhimento do tributo.
- (C) o valor apontado pela avaliação no inventário.
- (D) o valor médio dos imóveis, em condições semelhantes, à data da compra, corrigido até o mês do recolhimento do tributo.
- (E) Nenhuma das respostas anteriores.

79 - Quando não for possível exigir a obrigação principal do contribuinte, responde solidariamente com o mesmo, em relação ao ITCD:

- I - o tabelião, o escrivão e demais serventuários de ofício, em relação aos atos tributáveis praticados por eles ou perante eles, em relação ao seu ofício.
- II - o filho, em relação ao tributo devido pelo pai.
- III - os empregados, em relação ao tributo devido pela empresa.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

80 - O imóvel transferido pelo “de cujus” antes do seu falecimento, através de instrumento particular de compra e venda não registrada, estará sujeito ao

- (A) Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação, ITCD, pois o imóvel permanece no nome do falecido e deverá ser inventariado.
- (B) Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, ITBI, eis que o imóvel foi transferido em vida.
- (C) Não incide nenhum dos dois tributos referidos anteriormente.
- (D) Incidem os dois tributos referidos anteriormente.
- (E) Nenhuma das respostas anteriores.

DIREITO PENAL

81 – Assinale a alternativa correta.

- (A) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se já tiverem sido decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- (B) A lei posterior que deixa de considerar o fato como crime faz cessar em virtude dela a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória.
- (C) Relativamente ao tempo do crime, adotou o Código Penal brasileiro a teoria da atividade.
- (D) Relativamente ao tempo do crime, adotou o Código Penal brasileiro a teoria do resultado.
- (E) Relativamente ao tempo do crime, adotou o Código Penal brasileiro a teoria da ubiquidade.

82 – Assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com o Código Penal brasileiro, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato, deverá ter sua pena reduzida, não sendo admitida em qualquer hipótese a aplicação da medida de segurança.
- (B) De acordo com o Código Penal brasileiro, o prazo máximo de cumprimento de medida de segurança é de trinta anos.
- (C) De acordo com o Código Penal brasileiro, o indígena é considerado inimputável, devendo ser sempre submetido à medida de segurança, caso pratique um fato definido como crime.
- (D) De acordo com o Código Penal brasileiro, o agente que, por embriaguez completa, não patológica, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, fica isento de pena, não podendo ser aplicada medida

de segurança.

- (E) De acordo com o Código Penal brasileiro, o agente que, por embriaguez completa, não patológica, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, fica isento de pena, devendo ser aplicada medida de segurança.

83 – Assinale a alternativa correta.

- (A) O erro de tipo acidental exclui o dolo, mas o agente poderá responder por crime culposos.
(B) O erro de tipo acidental exclui o dolo e a culpa.
(C) O erro de tipo essencial sempre exclui culpabilidade.
(D) O erro de tipo essencial exclui culpabilidade somente se for invencível.
(E) O erro de proibição, se inevitável, isenta de pena.

84 – Pratica o crime de dano qualificado o agente que destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia (art. 163 do CP)

- (A) com violência a animais.
(B) com emprego de qualquer substância perigosa para a saúde.
(C) com emprego de chave falsa.
(D) com emprego de astúcia.
(E) contra o patrimônio de empresa concessionária de serviços públicos.

85 – Relativamente ao crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP), a jurisprudência majoritária tem entendido que

- (A) se trata de crime omissivo próprio.
(B) é imprescindível o *animus rem sibi habendi*.
(C) se a empresa estiver em dificuldades financeiras, deve o sócio-gerente ser absolvido por estado de necessidade.
(D) o crime é inconstitucional em face da vedação à prisão por dívida.
(E) se trata de crime próprio.

86 – O agente que omite, em documento público, declaração que dele devia constar, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, pratica o crime de

- (A) estelionato.
(B) falsidade ideológica.
(C) falsidade material.
(D) falsidade material de documento público.
(E) falso testemunho.

87 – Relativamente ao crime de peculato, assinale a afirmativa correta.

- (A) O crime não pode ter por objeto material bem particular.
(B) Só responde pelo crime o funcionário que tem a posse do bem em razão do cargo.
(C) Não é possível o particular responder pelo crime como coautor.
(D) O crime não pode ter por objeto material bem imóvel.
(E) Aplica-se o princípio da insignificância sempre que o bem apropriado, desviado ou subtraído for de valor menor do que o salário mínimo.

88 – O agente que solicita, para si, indiretamente, antes de assumir função pública, mas em razão dela, vantagem indevida, pratica

- (A) o crime de excesso de exação.
(B) o crime de corrupção ativa.
(C) o crime de peculato.
(D) o crime de corrupção passiva.
(E) fato atípico.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

89 - Ismália sofreu agressão física e, amparada pela lei que visa coibir a violência doméstica contra mulher, socorreu-se no conselho tutelar. O conselho tutelar deu entrada em termo circunstanciado para ver processado o agressor, momento em que solicitou medida protetiva de urgência. Em relação a esse pedido, observe as assertivas abaixo:

- I- Poderá a medida ser concedida de imediato independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público.
II- Uma vez decretada a medida protetiva, fica impedida a decretação de prisão preventiva do agressor até que a medida seja revogada.
III- Recebido o pedido da ofendida, caberá ao juiz conhecer do ofendido e decidir no prazo máximo de 24 horas.

IV- A determinação da medida solicitada não impede a concessão de novas medidas, desde que sejam solicitadas pelo Ministério Público.

V- A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.

Assinale as afirmativas **incorretas**.

- (A) Apenas I e V.
- (B) Apenas II, IV e V.
- (C) Apenas I, IV e V.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) Apenas I e II.

90 - Milanor teve decretada contra si a medida assecuratória de arresto de bens móveis de origem lícita, nos termos em que é facultada a hipoteca legal de imóveis, com o fim de dar conta ao ressarcimento patrimonial da vítima de processo crime. Em face desse fato, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não alcançado o valor estipulado pela administração judicial no primeiro leilão, um novo leilão será realizado em até dez dias contados da realização do primeiro.
- (B) O arrematante de veículo ficará livre do pagamento de multas existentes e encargos, devendo apenas saldar tributos anteriormente vencidos.
- (C) Quando se tratar de moeda estrangeira, o juiz determinará a conversão do numerário apreendido em moeda nacional corrente e o depósito provisório das correspondentes quantias em conta pessoal da vítima.
- (D) O leilão far-se-á preferencialmente na modalidade presencial e apenas de forma excepcional por meio eletrônico.
- (E) O valor dos títulos da dívida pública terão como cotação a oficial do mês em que se der o leilão.

91 - Em relação às provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação às normas constitucionais ou legais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A doutrina e a jurisprudência apenas rejeitam a teoria dos frutos da árvore envenenada na decretação da nulidade em razão de provas ilícitas por derivação.
- (B) Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.
- (C) Por força de alteração legal recente, o juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença ou acórdão.
- (D) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas ainda que não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras.
- (E) Não serão admitidas em juízo, salvo em caso de configurar confissão do acusado.

92 - Após frustrada tentativa de invasão ao mercadinho da região onde mora, o invasor foi capturado no próprio local da infração penal e detido. O condutor apresentou o preso à autoridade competente que então, após as formalidades legais, lavrou o respectivo auto de prisão em flagrante. Em relação aos passos seguintes à lavratura, assinale se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as assertivas que seguem.

- () Tem a autoridade policial o prazo legal de 24 horas, contados da realização da prisão, para encaminhar o auto de prisão em flagrante ao juiz competente obrigatoriamente acompanhado de cópia integral para a Defensoria Pública.
- () Em até 24 horas após a realização da prisão, deve ser entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa.
- () Ao receber o auto de prisão em flagrante deve o juiz : I- relaxar a prisão ilegal; ou II- manter a prisão em flagrante se presentes os requisitos para tanto; ou III- conceder a liberdade provisória.
- () Se o réu se livrar solto, deverá a autoridade policial encaminhar o auto à autoridade judiciária no prazo legal com a solicitação para que seja o preso posto em liberdade.
- () Na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.

A sequência correta do preenchimento dos parênteses, de baixo para cima, é:

- (A) F-F-F-V-V.
- (B) F-V-F-V-F.
- (C) V-V-F-F-V.
- (D) V-F-V-F-F.
- (E) V-F-F-V-F.

93 - Sentenciado com trânsito em julgado a 12 anos de reclusão por suposto abuso de suas filhas o apenado, em seu próprio nome, após ter cumprido 5 anos da pena, ingressa com revisão criminal. Assim o fez, porque, após a morte da ex-esposa, sua filha mais velha testemunhou em juízo que tudo não havia passado de um ardil de sua mãe que obrigou as filhas, então menores, a testemunharem falsamente sobre o caso como forma de se “livrar” do ex- cônjuge. Diante desse tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A possibilidade de o sentenciado postular em nome próprio foi revogada pela norma constitucional que assegura ser o advogado indispensável à administração da justiça, em consonância à posição do STF.
- (B) A pretensão será rejeitada uma vez que já está transcorrido o prazo para sua interposição.
- (C) Pode o tribunal, entre outras alternativas, alterar a classificação da infração, absolver o réu ou modificar a pena, no entanto a pena imposta pela decisão revista não poderá ser agravada.
- (D) Sendo a decisão do juízo revidendo não unânime ou eivada de contradição poderá ser objeto de embargos infringentes ou embargos de nulidade.
- (E) Falecendo o condenado no curso da revisão, o relator declarará extinta a punibilidade, bem como a ação, sem prejuízo, no entanto, de possível reconhecimento de justa indenização.

94 - Em relação às nulidades em seara de processo penal observe as assertivas a seguir.

- I- As omissões em relação à representação do ofendido poderão ser supridas a qualquer tempo antes do trânsito em julgado da sentença.
- II- Apenas as nulidades absolutas não precluem e podem ser reconhecidas independentemente de arguição pela outra parte.
- III- Trata-se de nulidade absoluta a hipótese de uma sentença que não contenha dispositivo ou não seja assinada por quem não é juiz.
- IV- As chamadas irregularidades são violações de formalidades incapazes de gerar prejuízo e que não acarretam anulação do processo em hipótese alguma.

Assinale as afirmativas corretas.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) Apenas a I e III.

95 - Durante as investigações em relação a uma quadrilha que aplicava golpes em cidades do interior a polícia efetuou a prisão de um de seus membros. O delegado, para impedir que este, ao se comunicar com terceiros, prejudicasse a apuração dos fatos, entendeu pela incomunicabilidade do indiciado. Diante desse fato, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Grande parte da doutrina pátria entende estar tal possibilidade proibida pela nova ordem constitucional que vedou tal hipótese durante o estado de defesa.
- (B) Em que pese o posicionamento majoritário da doutrina, existem posições que defendem a possibilidade da decretação da incomunicabilidade nas situações normais, estando vedada a hipótese apenas na excepcionalidade do estado de defesa.
- (C) A incomunicabilidade, em nenhuma hipótese, se aplicará ao defensor legalmente constituído.
- (D) Depende sempre de despacho nos autos, sendo decretado pela autoridade policial por prazo nunca superior a três dias, desde que existente fundada necessidade para o andamento da investigação.
- (E) Uma vez decretada a incomunicabilidade, não poderá haver a prorrogação do prazo legal previsto.

96 - Cimério é policial civil, e Cimar policial militar estadual. Ambos, em operação conjunta das corporações e com equipamento oficial, em abordagem a uma pessoa exigem para si determinada importância indevida. Após, em outra cidade, ao efetuarem uma prisão, cometem abuso de autoridade. Na continuação, e posteriormente, causam lesão grave em um detido para assegurar a impunidade em relação aos delitos anteriores. Em relação ao caso em tela, assinale a afirmativa correta.

- (A) Houve conexão intersubjetiva concursal e também objetiva.
- (B) Houve conexão instrumental ou probatória.
- (C) Houve conexão intersubjetiva por simultaneidade.
- (D) Houve conexão intersubjetiva por reciprocidade e instrumental.
- (E) Houve conexão objetiva, lógica ou material apenas.

CONHECIMENTOS GERAIS

97 - Observe as seguintes afirmativas:

- I- O tufão Haiyan transformou-se num supertufão, atingindo as Filipinas com ventos de até 315km/h, arrasando o solo e deixando mais de 5 mil mortos.
- II- Com ventos de mais de 118 km/h, o tufão ocorre devido a variações de temperatura e direção dos ventos.
- III- O tornado não pode atingir a velocidade dos ventos do tufão.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I.
- (E) II.

98 - Analise as seguintes afirmativas.

I – Em 8 de abril de 1719, foi lavrado o termo de fundação do Arraial de Cuiabá.

II - O Tratado de Madri, de 1750, não reconheceu as conquistas bandeirantes na região do Mato Grosso, para dirimir questões de limites entre Portugal e Espanha.

III - Em 1977, a parte sul do estado foi legalmente desmembrada, formando, assim, um novo estado, o Mato Grosso do Sul - o que na prática só se daria em 1979.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I.
- (E) II.

99 - Segundo o levantamento do IBGE de 2011, as cinco cidades mais populosas do Mato Grosso, pela ordem decrescente, são:

- (A) Cuiabá, Rondonópolis, Várzea Grande, Sinop e Cáceres.
- (B) Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra.
- (C) Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop e Cáceres.
- (D) Cuiabá, Rondonópolis, Várzea Grande, Cáceres e Sinop.
- (E) Cuiabá, Rondonópolis, Várzea Grande, Tangará da Serra e Cáceres.

100 - Observe a seguinte frase:

“No las cosas, sino la sensación de las cosas” – Amado Alonso Y Raimundo Lida

A expressão acima traduz o estilo

- (A) romântico.
- (B) realista.
- (C) simbolista.
- (D) impressionista.
- (E) concretista.